



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51)3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Processo nº 0147.001.0006794

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Mensagem de nº 13/2018

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição de origem do Poder Executivo Municipal, a qual visa ***"Altera a Lei Municipal nº 3.219 de 25 de maio de 2010, que autorizou o Município de Sapucaia do Sul a realizar convênio de cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e a celebrar Contrato de Programa com a CORSAN - Companhia Rio-grandense de Saneamento, para que CORSAN formalize parceria público-privada, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências."***

Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

Em sentido amplo, a matéria a respeito da qual se pretende legislar está inserida no contexto de licitações e contratos, que como se sabe, é reservada à competência legislativa da União para edição de regras gerais, podendo ser suplementada pelos demais entes federativos relativamente a situações específicas competentes ao seu peculiar interesse (art. 22, XVII da CF/88). Esse é o primeiro ponto a ser observado.

No que diz respeito à aplicação das PPPs, por sua vez, embora existam entendimentos que teorizam se possa utilizá-las amplamente para o atendimento de qualquer interesse público, tal instituto foi inequivocamente incorporado ao direito nacional como nova modalidade de concessão que envolve essencialmente a prestação de serviços públicos. Senão vejamos.

"(...) pode-se dizer que a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão que tem por objeto (a) a execução de serviço público, precedida ou não de obra pública, remunerada mediante tarifa paga pelo



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51)3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou (b) a prestação de serviço em que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento ou instalação de bens, mediante contraprestação do parceiro público". (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, in "Parcerias na Administração Pública", 11a edição, Editora Forense, 2017, p. 184-185).

No que concerne a iniciativa de lei desta natureza, esta é certamente reservada ao Poder Executivo, tendo em vista que o diploma dispõe sobre a administração de bens do Município, serviços prestados pelo Poder Executivo, estrutura administrativa, contratação pelo próprio Poder Executivo, gestão de recursos orçamentários da Administração, matérias que só poderiam ter sido objeto de proposição oriunda do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as ressalvas técnicas pertinentes às respectivas comissões (de finanças e de legislação), ressaltando que a matéria em apreço é **complexa**, e que esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados pelos citados órgãos fracionários tanto a este setor técnico quanto aos órgãos do Poder Executivo Municipal relativamente a pontos específicos do texto proposto, encaminhamos o projeto à sua tramitação regimental.

À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências de costume.

Sapucaia do Sul, 17 de abril de 2018.

João Roberto da Fonseca Junior

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257